



12

COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS, PATRIMÓNIO E RECURSOS HUMANOS E DESCENTRALIZAÇÃO

Parecer

Relativo às Propostas 718/CM/2018 - "Aprovação do Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022" e 718-A/2018 – Alteração de documentos distribuídos com a Proposta 718/CM/2018

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Proposta 718/CM/2018, subscrita pelo Vereador das Finanças e Recursos Humanos, João Paulo Saraiva, e aprovada por maioria na reunião da Câmara Municipal de 31 de Outubro de 2018, submete à aprovação da Assembleia Municipal de Lisboa (AML) o Orçamento 2019 e Grandes Opções do Plano 2019-2022.

Tendo a Proposta sido remetida, por despacho da Presidente da AML, Helena Roseta para a 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património, Recursos Humanos e Descentralização, a fim de ser apreciada e, conseqüentemente, emitido parecer, cumpre proceder à emissão do mesmo, em consonância com o preceituado no artigo 76.º do Regimento da AML.

A Comissão reuniu a 13 de Novembro para audição do Vereador das Finanças e Recursos Humanos, João Paulo Saraiva, sobre as Grandes Opções do Plano 2019-2022, Orçamento Municipal, Taxas e Política Fiscal para 2019.

Atendendo à matéria da Proposta, nomeadamente às Grandes Opções do Plano 2019-2022 e ao Orçamento para 2019, foi também determinada a audição de todos os vereadores com pelouros nas respectivas Comissões.

Após ter decorrido a Hasta Pública de Entrecampos a 12/12/2018, foi remetida para a 1ª Comissão a 13/12/2018 a Proposta 718-A/CM/2018 e documentos anexos, que visa aprovar submeter à Assembleia Municipal a alteração ao Orçamento para 2019 e as Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022.

2. CONSIDERANDOS

2.1. Enquadramento

Compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal as Grandes Opções do Plano e a proposta de Orçamento.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA

Proc. _____

ENT 2325 AML 18

DATA 20 / 12 / 2018

Luís Rosa

Conforme previsto no artigo 46º da Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, os orçamentos de outras entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção do controlo pelo município, estão em anexo ao orçamento.

De acordo com a Lei nº 35/2014, de 20 de Junho, o mapa de pessoal é aprovado conjuntamente com o orçamento, contendo a totalidade dos postos de trabalho necessários para cumprimento das actividades de natureza permanente ou temporária a desenvolver durante a execução do orçamento.

A inscrição da rubrica de receita é uma das contrapartidas que o POCAL apresenta para a revisão orçamental. Ocorrem, no entanto, situações em que não se pretende aumentar a despesa por conta da receita a inscrever, mas apenas garantir a sua inscrição orçamental que é uma condição necessária à respectiva liquidação e cobrança.

O artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho, na sua redacção actual, prevêem que a assunção de compromissos plurianuais e sua reprogramação está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, dispondo que esta pode ser conferida aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano, com excepção dos casos em que esteja implicado o aumento de despesa, e que nas situações em que o valor do compromisso plurianual é inferior ao montante a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, pode ser delegada no presidente de câmara.

A Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, que aprovou o Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, no n.º 1 do seu artigo 9.º, estabelece que as taxas serão actualizadas anualmente de acordo com a taxa de inflação.

O Regulamento Geral de Taxas, Preços e Outras Receitas do Município de Lisboa, no n.º 1 do artigo 8º refere que os valores da Tabela de Taxas Municipais são actualizados nos termos previstos na Lei, sendo adequado usar, para este efeito, o Índice de Preços no Consumidor, em variação média anual, a Julho de cada ano, sendo esta, para Julho de 2018, de 1,13 %.

Tendo por objectivo promover um clima favorável à dinâmica de crescimento da cidade no actual ciclo económico, o município entende ser de manter a redução temporária de 15 % para os feirantes fixos do ramo não alimentar, aprovada pela Deliberação n.º 005/AML/2016.

Relativamente à elaboração da Tabela de Taxas Municipais e da sua estimativa para 2019, foi considerada a alteração do valor da Taxa Municipal Turística (taxa de dormida), estando esta alteração em paralela apreciação.

Tendo em conta a aplicação passada desta taxa e a revisão do seu valor unitário, prevê-se para efeitos do orçamento de 2019 que a cobrança se situe na ordem dos 36,5 milhões de euros.

Foi inscrito no orçamento o valor relativo à hasta pública de Entrecampos inicialmente prevista para a primeira quinzena de Novembro, visando acautelar que o orçamento não será aprovado na Assembleia antes da realização da referida operação e que no caso desta não se concretizar como previsto, a receita e despesa orçamentada daí decorrente será diminuída no montante não realizado.

A 12 de Dezembro de 2018 realizou-se a Hasta Pública de Entrecampos, que se concretizou com um valor superior ao montante previsto, que estava alinhado com o valor base da operação. Assim, a proposta 718-A/2018 vem rever o valor da receita e despesa orçamentada, permitindo a sua alocação ao exercício de 2019. Para tal, através da proposta 718-A/2018, procedeu-se ao ajustamento da proposta do orçamento para 2019 e das Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022 para considerar a diferença de 85.500.000 euros a acrescentar à receita e à despesa de capital, com reflexo no sumário executivo do Orçamento e nos mapas que instruem estes documentos previsionais. A receita da Hasta Pública realizada foi inscrita na Venda de Bens de Investimento/Terrenos (rubrica 09.01.01) e a despesa na Aquisição de Bens de Capital, com alocação aos Investimentos em Habitações, Construção e Aquisição (rubrica 07.01.02.01.01), com enquadramento no Plano no «Eixo A – Melhorar a Qualidade de Vida e o Ambiente», objectivo «Habitação para todos», projecto «Promover o Arrendamento Acessível» (código A1.P001.06). Não ocorreu qualquer outra alteração aos documentos do Orçamento 2019 e Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022 anteriormente distribuídos.

Através de proposta da Câmara Municipal, compete à Assembleia Municipal deliberar a atribuição de despesas de representação aos titulares dos cargos de direcção superior de 1º grau e de direcção intermédia de 1º e 2º grau das Câmaras Municipais, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através de despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de Dezembro, sendo-lhes igualmente aplicáveis as correspondentes actualizações anuais, nos termos do art.º 24.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na sua redacção mais recente, dada pela Lei n.º 114/2017, de 29 de Dezembro.

2.2. Análise da Proposta

2.2.1 Análise das Grandes Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022

O novo Programa de Governo da cidade para 2019-2022 estrutura-se em 5 eixos fundamentais: melhorar a qualidade de vida e o ambiente, combater exclusões e defender direitos, dar força à economia, afirmar Lisboa como cidade global e governação aberta, participada e descentralizada.

No eixo (A) **Melhorar a Qualidade de Vida e o Ambiente** pretende-se garantir habitação para todos, continuar a aposta numa cidade planeada e reabilitada, continuar a promover a mobilidade acessível, uma cidade sustentável, resiliente e amiga do ambiente, criando mais e melhor espaço público, prosseguindo o objectivo de uma cidade segura.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 288,428 milhões de euros em 2019, e um total de 900,225 milhões de euros no quadriénio, representando 70,7% do investimento total no quadriénio. De salientar que o valor da receita acima do previsto proveniente da Hasta Pública realizada a 12/12/2018 passa a estar contemplado neste eixo, no objectivo “Habitação para todos”, designadamente no projecto “Promover o Arrendamento Acessível”, sofrendo esta rubrica um aumento de 85.500 milhões de euros.

No eixo (B) **Combater Exclusões, Defender Direitos**, pretende-se afirmar direitos e reforçar a cidadania, promover mais escolaridade, mais qualificações e melhores escolas, promover o desporto e a actividade física, promover melhor saúde e qualidade de vida.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 33,995 milhões de euros em 2019 e um total de 224,248 milhões de euros no quadriénio, representando 17,6% do investimento total no quadriénio.

No eixo (C) **Dar força à Economia** os objectivos são promover mais serviços qualificados e mais empregos, fomentar mais empreendedorismo e talento, continuar a construir uma cidade inteligente e apostar no comércio de proximidade.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 14,700 milhões de euros em 2019 e um total de 28,485 milhões de euros no quadriénio, representando 2,2% do investimento total no quadriénio.

No eixo (D) **Afirmar Lisboa como Cidade Global**, pretende-se afirmar Lisboa como cidade de cultura e abertura, cidade criativa e capital atlântica.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 11,978 milhões de euros em 2019 e um total de 23,893 milhões de euros no quadriénio, representando 1,9% do investimento total no quadriénio

No eixo (E) **Governança Aberta, Participada e Descentralizada**, Lisboa aposta na valorização do trabalho e nos trabalhadores, alicerçada na qualidade e empenhamento com vista à eficácia, eficiência e profissionalismo, e apostando numa governação e prestação de contas transparentes, fomentando a participação dos cidadãos através de iniciativas como o orçamento participativo, prosseguindo a Reforma Administrativa e a Descentralização.

Quantitativamente este eixo representa um investimento de 61,772 milhões de euros em 2019 e um total de 96,272 milhões de euros no quadriénio, representando 7,6% do investimento total no quadriénio.

O plano plurianual de Investimentos para 2019-2022 prevê um investimento total de 1.273,123 milhões de euros, estando previsto para o ano de 2019 um investimento de 410,873 milhões de euros.

Quadro 1 – Plano Plurianual de Investimentos ¹

2019 - 2022

OBJETIVOS/PROGRAMAS

DESCRIÇÃO	2019	2020	2021	2022	Milhares de Euros	
					TOTAL	
					VALOR	%
EIXO A - MELHORAR QUAL. VIDA E AMBIENTE	288.428	245.060	231.964	134.773	900.225	70,7
A1 HABITAÇÃO PARA TODOS	114.077	35.745	52.879	41.603	244.504	19,2
A2 CIDADE PLANEADA E REABILITADA	57.223	42.810	40.319	29.573	169.734	13,3
A3 MOBILIDADE ACESSIVEL AO ALCANCE DE TODOS	11.421	10.463	5.260	3.305	30.448	2,4
A4 CID.SUSTENTÁVEL,RESILIENTE,AMIGA AMBIEN	63.988	66.900	82.819	48.082	279.789	22,0
A5 MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	35.797	56.970	38.972	10.837	142.576	11,2
A6 CIDADE SEGURA	5.922	12.364	11.715	3.083	33.085	2,6
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES,DEF DIREITOS	33.995	79.698	63.004	47.642	224.248	17,6
B1 AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA	6.840	10.421	14.738	805	32.804	2,6
B2 +ESCOLARIDADE, +QUALIFIC.,MELHOR ESCOL	20.425	33.269	23.011	1.988	78.693	6,2
B3 PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	965	11.734	10.963	551	24.213	1,9
B4 MELHOR SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA	5.765	24.164	14.292	44.317	88.539	7,0
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA	14.700	12.415	1.060	310	28.485	2,2
C1 + SERVIÇOS QUALIFICADOS, + EMPREGOS	3				3	0,0
C2 + EMPREENDEDORES,+ ATITUDE EMPREENDEDOR/	10.785	8.213			18.998	1,5
C3 FOMENTAR O TALENTO	10	10	10	10	40	0,0
C4 CIDADE INTELIGENTE	2.526	292			2.818	0,2
C5 APOSTAR NO COMERCIO DE PROXIMIDADE	1.375	3.900	1.050	300	6.625	0,5
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOB	11.978	7.877	2.769	1.270	23.893	1,9
D2 CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	11.757	7.634	2.516	1.145	23.051	1,8
D3 CIDADE CRIATIVA	125	125	135	125	510	0,0
D4 CAPITAL ATLÂNTICA	96	118	118		332	0,0
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA,PARTIC E DESC	61.772	18.565	11.692	4.243	96.272	7,6
E2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	43.482	704	0		44.186	3,5
E3 EFICÁCIA, EFICIENCIA E PROFISSIONALISMO	15.783	10.130	11.382	3.988	47.283	3,7
E5 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	2.508	1.731	310	255	4.803	0,4
TOTAL	410.873	363.524	310.489	188.236	1.273.123	100,0

2.2.2 Análise do Orçamento da cidade para 2019

A proposta de orçamento para a cidade de Lisboa para 2019 foi elaborada de acordo com as grandes opções estratégicas reflectidas no Programa de Governo da Cidade para o mandato 2019-2022. A visão para a cidade assenta na concretização de 5 eixos estruturantes:

¹ Página 77 das Grandes Opções do Plano para a Cidade de Lisboa | 2018/2021

- **Eixo A – Melhorar a Qualidade de Vida e o Ambiente**, preparando uma cidade sustentável e de bem-estar;
- **Eixo B – Combater Exclusões, Defender Direitos**, onde todas e todos possam ter lugar e os devidos direitos de cidadania;
- **Eixo C – Dar Força à Economia**, de forma a poder construir as condições para uma prosperidade partilhada;
- **Eixo D – Afirmar Lisboa como Cidade Global**, mantendo o lugar, a cultura e a história que sempre confirmaram o carácter universalista e progressista da cidade;
- **Eixo E – Governação Aberta, Participada e Descentralizada**, vertida numa cidade da participação e da democracia.

Para a realização destes 5 Eixos, com um expressivo volume de investimento, contribuem várias áreas de actuação fundamentais para a cidade:

- Na área da **Habitação para todos – Programa Renda Acessível** - Com o maior investimento em curso nesta área, desde há mais de 40 anos, o Município de Lisboa aumentará em 2019 o esforço que o tem feito pioneiro no lançamento de novos programas, em função das necessidades reais das pessoas e da alteração do quadro social dos últimos anos. Esta estratégia passa pela construção de nova habitação, reabilitação de edificado - tanto em bairro municipal como em património disperso -, e aquisição de edifícios e disponibilização de terrenos. Após o lançamento de várias operações do Programa de Renda Acessível, nas suas diversas vertentes, continua igualmente a requalificação do edificado em bairros municipais (sendo em 2019 iniciado o novo programa Aqui há mais Bairro II), bem como a intervenção em património disperso.
- Na **Mobilidade**, prosseguirá o melhoramento do transporte público e do desempenho da rede viária, em particular na Carris, ao nível do alargamento da oferta e da entrada em exploração de novos autocarros. O ano 2019 será ainda marcado pela concretização dos primeiros projectos da rede de corredores estruturantes de transporte público, bem como pela continuidade do investimento no Plano de Acessibilidade Pedonal e Ciclável, no Plano Municipal de Segurança Rodoviária, e em sistemas/dispositivos de gestão do tráfego na Cidade.

- **Competitividade, Inovação e Diversificação Económica** – O desenvolvimento da estratégia para a economia da Cidade passa pela afirmação de Lisboa enquanto laboratório aberto à inovação. Neste contexto enquadra-se o investimento no Hub Criativo do Beato, que se pretende vir a afirmar como espaço de referência na atracção de grandes empresas e talentos, vertente em que se destaca também a Operação Integrada de Entrecampos, bem como o reforço da capacidade de chamar até Lisboa eventos que a tomam exemplo e referência em matéria de inovação, como é o caso da Web Summit. Em 2019 prevê-se também continuar a desenvolver projectos como as Lojas com História e a implementação das acções relacionadas com o Plano Municipal dos Mercados 2016-2020, entre outros programas implementados em parceria com as mais diversas instituições, universidades e empresas.
- **Sustentabilidade ambiental e higiene urbana** - a visão para uma cidade sustentável, apresentada na candidatura a Capital Europeia Verde 2020 assenta em 3 pilares: eficiência energética; gestão inteligente do recurso água; estruturas e infra-estruturas verdes. Entre as principais medidas, salienta-se o reforço na substituição da iluminação pública e a promoção de eficiência energética nos edifícios e equipamentos municipais, o investimento na conclusão da rede de corredores verdes que incluirão o Vale de Alcântara, o Parque Verde da Feira Popular e o início da reabilitação do Parque Urbano do Vale do Forno, entre outros. Ao nível da higiene urbana, o investimento passará pelo reforço de equipamentos e trabalhadores afectos aos serviços, com a renovação e aumento da frota de veículos, bem como o alargamento das ecoilhas subterrâneas, e serão também estabelecidos contratos interadministrativos de cooperação com as freguesias num montante global de cerca de 5 milhões de euros

A política orçamental do município para 2019 apresenta quatro orientações estratégicas:

1. **Aumento do investimento**

A estratégia municipal consiste em preparar Lisboa para enfrentar e vencer os desafios do futuro, em áreas que vão da aposta na melhoria do ambiente urbano e da qualidade de vida ao combate às exclusões, da gestão de recursos mais eficiente à dinamização da economia, do incentivo à cultura passando pela promoção de estilos de vida mais saudáveis.

Prosseguindo o ciclo de investimento em áreas estruturantes para o desenvolvimento equilibrado da cidade, acompanhando as necessidades das pessoas nas novas dinâmicas urbanas, destacam-se no orçamento do município para 2019 áreas como a habitação, a mobilidade, a competitividade, inovação e diversificação económica, a sustentabilidade ambiental e a higiene urbana.

a) Habitação PRA todos

No orçamento de 2019 estão contemplados os diversos investimentos em projectos de renda acessível, pensada para as famílias de rendimentos intermédios, que hoje têm dificuldade em encontrar soluções habitacionais. Estão entre estes planos de intervenção o programa «Lisboa PRA todos – Concessões», com 15 operações - várias já lançadas – que darão lugar a mais de 6.000 unidades habitacionais, num investimento do Município com parceiros privados. Já o **PRA - Operação Integrada de Entrecampos** prevê a construção de 700 habitações de renda acessível, bem como novos equipamentos sociais e culturais.

O **PRA - PRESS - Programa de Reconversão de Edifícios da Segurança Social** vai, por sua vez, utilizar 11 edifícios no centro da cidade, de forma a disponibilizar 250 apartamentos e 226 quartos para estudantes, também com renda acessível. A reconversão dos imóveis resulta de um memorando de entendimento entre o Município e o Ministério do Trabalho e Segurança Social, ficando os projectos e as obras a cargo do município.

O **PRA – Programa de Intervenção no Edificado Disperso Municipal** dá continuidade à reabilitação deste património, permitindo o lançamento de bolsas de habitação em diferentes pontos da cidade, tal como tem sido feito nos últimos anos. O Município vai reforçar, por outro lado, o **PRA - Apoio Financeiro ao Arrendamento**, aumentando a verba disponível no já conhecido Subsídio Municipal ao Arrendamento.

Em 2019, está também previsto aumentar o ritmo de investimento em construção nova, nomeadamente nos bairros Padre Cruz, Boavista e Cruz Vermelha, onde está a aplicar um modelo de habitação de nova geração que torna as habitações mais sustentáveis, eficientes energeticamente e confortáveis em termos de acessibilidade. Junta-se a esta intervenção o investimento através da Gebalis, na recuperação e requalificação de Bairros Municipais, para aumentar as condições de conforto, segurança e eficiência energética dos edifícios e melhorar a qualidade de vida das pessoas.

b) Mobilidade

Este orçamento reforça a aposta no investimento no transporte público. Aprovado em 2018, o segundo aditamento ao contrato de concessão reforça para um valor de 29 milhões de euros por ano o financiamento municipal à Carris, dotando a empresa dos meios necessários para operar os novos autocarros que estão a chegar mensalmente, até Julho de 2019, e o reforço do quadro de pessoal. Assim, o município está a promover o financiamento do alargamento da oferta, das carreiras de bairro e novos autocarros e eléctricos, para mais qualidade no transporte público, e para um transporte público mais acessível, isto é, mais próximo e mais barato.

Prosseguirão os projectos da rede de corredores estruturantes de transporte público e serão concretizados no terreno os primeiros investimentos desta rede. Em 2019 dar-se-á continuidade também aos investimentos no plano de acessibilidade pedonal e ciclável, com aumento da expressão destes últimos.

Também, será reforçado o alinhamento do plano de actividades na Carris e na EMEL, com vista ao reforço do ecossistema de mobilidade da cidade de Lisboa.

c) Competitividade, Inovação e diversificação económica

O desenvolvimento da estratégia para a economia da cidade passa, pela afirmação de Lisboa enquanto Laboratório aberto à inovação, em que se enquadra o investimento no Hub Criativo do Beato, que se quer afirmar como espaço de referência para a promoção de Lisboa enquanto cidade empreendedora – área em que é já uma referência na Europa. O objectivo é que o Hub Criativo do Beato, que passa para propriedade plena do Município, seja catalisador e âncora de um mais amplo e profundo processo de regeneração e revitalização da zona oriental da Cidade.

A promoção da cidade enquanto espaço aberto à inovação conta com o envolvimento de várias entidades (empresas, instituições de investigação, universidades), em torno de projectos chave como o Smart Open Lisboa, o Lisboa Robotics, o Laboratório de Inovação de Lisboa, o Study in Lisbon, a Made of Lisboa ou o Lisboa Empreende.

O Município prosseguirá a aposta na economia criativa, destacando-se o investimento na rede de espaços de criação e incubação de projectos.

d) Sustentabilidade ambiental e Higiene urbana

A visão para uma cidade sustentável, apresentada na candidatura a Capital Europeia Verde 2020 assenta em 3 pilares: eficiência energética; gestão inteligente do recurso água; estruturas e infra-estruturas verdes.

No 1º pilar, sublinha-se o esforço para a continuação na substituição da iluminação pública (50% LED até ao final de 2020) e das medidas de eficiência energéticas nos edifícios e equipamentos municipais e também na construção das novas habitações municipais.

Destaca-se o investimento municipal na execução de medidas do Plano Geral de Drenagem de Lisboa (2016-2030) - no ano de 2019 irá dar-se início à obra de construção dos 2 túneis – Monsanto/Santa Apolónia e Chelas/Beato, bem como intervenções de reabilitação/reforço da rede de colectores, implementação do sistema de monitorização e aviso da rede de saneamento de Lisboa e ainda a construção de várias bacias de retenção/infiltração.

Relativamente à conclusão da rede de corredores verdes os investimentos incluirão o Vale de Alcântara, o Parque Verde da Feira Popular e o início da reabilitação do Parque Urbano do Vale do

Forno, entre outros. Em Monsanto prosseguirá o investimento na qualificação, estando também previsto um esforço adicional de aumento e consolidação do investimento em arvoredo, com o arranque do projecto "Uma Árvore em cada Esquina", enquadrado nas medidas previstas de adaptação climática para resiliência às ondas de calor.

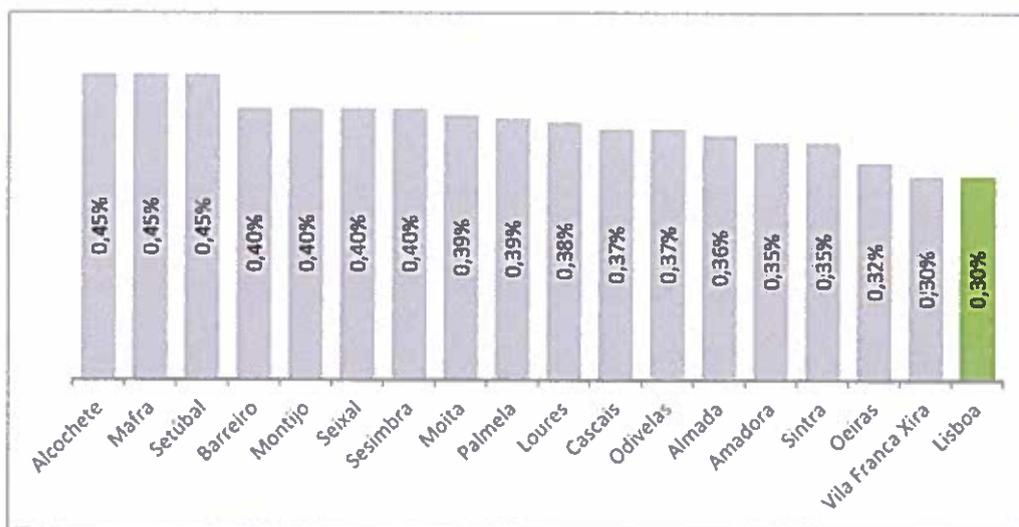
Quanto ao investimento na Higiene Urbana, depois do reforço da frota, realizado nos últimos anos, com a aquisição de 105 viaturas, prevê-se a chegada de 30 novas viaturas de remoção de resíduos em 2019, continuando assim o alargamento e renovação desta frota. Dando seguimento ao Plano Municipal de Gestão de Resíduos de Lisboa, que previa a instalação em 100 localizações até 2020, prosseguir-se-á a implementação da rede de suporte do sistema de remoção de resíduos, com a instalação de ecolhas subterrâneas. O esforço aplicado nesta área permitiu, no entanto, que fossem já instaladas estruturas em 140 localizações, número que, no final de 2019, deverá subir para um total de 200 locais na cidade. O reforço de verbas para a limpeza da Cidade vai ainda envolver o estabelecimento de contratos Interadministrativos de cooperação com as Freguesias, num montante global de cerca de 5 milhões de euros.

2. Consolidação da política de impostos, taxas e tarifas mais competitiva da Área Metropolitana de Lisboa e Estabilidade fiscal e tributária

Em termos de competitividade tributária e fiscal, Lisboa é o concelho com a política fiscal mais atractiva e favorável no contexto da Área Metropolitana, devolvendo verbas significativas aos seus municípios através de:

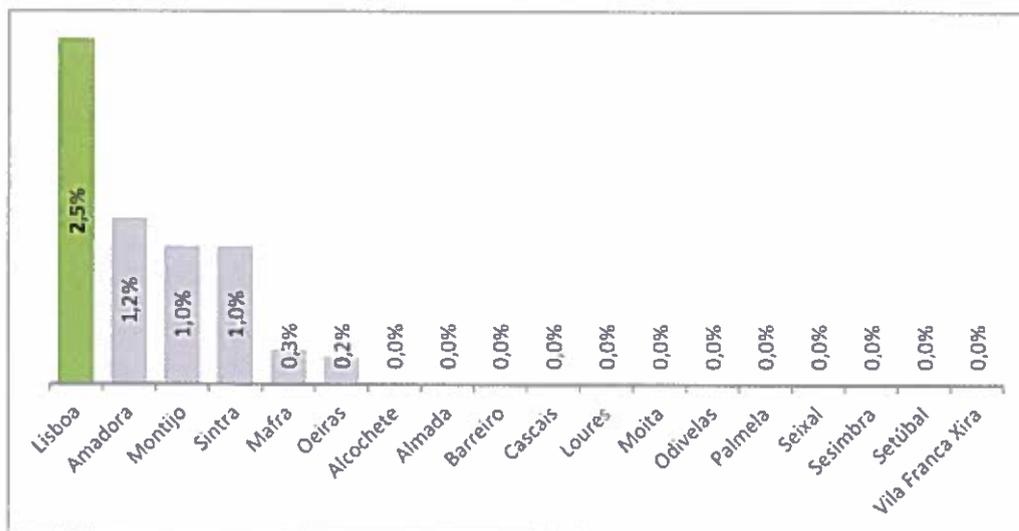
- a) **IMI** – O Imposto Municipal sobre Imóveis está no mínimo legal, com uma taxa de 0,3% (de um intervalo possível entre os 0,3% e 0,45%), o que significa uma poupança anual de cerca de 65,5 milhões de euros para os cidadãos de Lisboa. Acrescem a este valor os descontos previstos para os agregados com filhos (20€ para 1 filho, 40€ para 2 filhos e 70€ para 3 ou mais filhos), contabilizados num total de 1,1 milhões de euros.

Gráfico 1 - Taxas do IMI aplicadas nos concelhos da AML (ano 2018)²



- b) IRS - O município devolve aos munícipes de metade das receitas obtidas pelo Município do Orçamento de Estado (2,5%), sendo o único município da AML que o faz. Esta medida representa anualmente, no total, uma devolução aos Lisboetas de cerca de 32,5 milhões de euros.

Gráfico 2 - Benefício municipal de IRS aplicado nos concelhos da AML (ano 2018)³

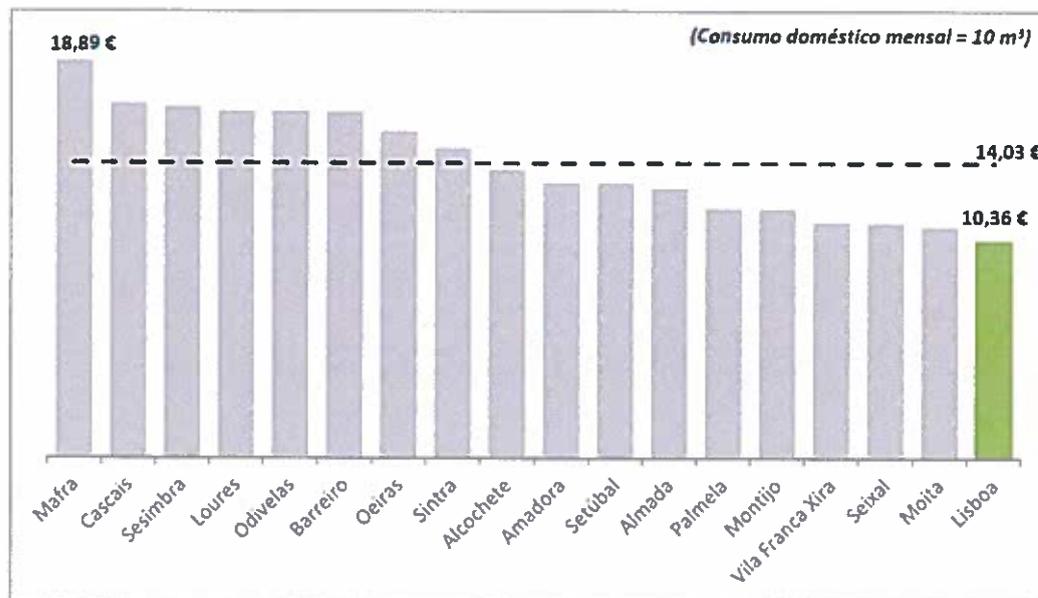


² pp. 24 do Orçamento 2019 para a cidade de Lisboa

³ pp. 24 do Orçamento 2019 para a cidade de Lisboa

- c) **Tarifas** – Quanto à conjugação das tarifas de saneamento e resíduos urbanos, para consumos médios de água de 10 m³/mês, o Município de Lisboa, no contexto da AML, melhorou a sua posição relativa face a 2017 e está agora na 1ª posição, apresentando o valor mais baixo,

Gráfico 3 – Tarifa mensal conjunta (saneamento + resíduos urbanos) aplicada nos concelhos da AML (2018)⁴



- d) **Derrama** – relativamente aos incentivos para as empresas, na Derrama há Isenções para actividades com volume anual de negócio inferior a 150 mil euros e para actividades de restauração e pequeno comércio com volume anual de negócio inferior a 1,2 milhões de euros, como forma de potenciar a fixação e constituição de empresas na cidade e assim servir de incentivo à criação de emprego.

3. Diminuição da Dívida e Melhoria da Eficiência de Gestão

No âmbito das possibilidades permitidas por Lei, e tal como em 2018, o município irá promover a substituição ou consolidação de dívida sempre que as condições sejam mais favoráveis para o Município. Quanto à gestão da dívida, o recurso ao crédito far-se-á tendo em conta, para além dos limites legais, a dualidade entre a gestão das melhores condições dos custos de financiamento e a rentabilidade dos activos.

⁴ pp 25 do Orçamento 2019 para a cidade de Lisboa

4. Investimento no Trabalho, nos Trabalhadores e nas suas Condições de Trabalho

O orçamento consagra uma política de investimento assente na qualidade e estabilidade do emprego, gerado pelo próprio Universo Municipal, assente numa estratégia de gestão de pessoas direccionada e ajustada às necessidades dos/as trabalhadores/as e respectivos serviços, acompanhada de uma política de promoção da igualdade oportunidades entre homens e mulheres em todo o Universo Municipal, em torno de quatro pilares fundamentais:

- I. Gerir e capacitar a força de trabalho do Município de Lisboa para a eficiência, qualidade, inovação e orientação para os resultados, visando a consecução dos objectivos estratégicos da organização e da cidade. Este objectivo concretiza-se através da implementação de um plano de formação e desenvolvimento profissional que alinha as capacidades individuais com os objectivos organizacionais e, simultaneamente, incentiva a criatividade, a abertura ao risco e à inovação. Paralelamente, aposta-se em ferramentas e sistemas informáticos que permitirão uma gestão optimizada e sistémica dos serviços e que contribuem para a promoção de uma cultura de trabalho de excelência;
- II. Valorizar os/as trabalhadores/as do Município e potenciar o valor do seu trabalho, no sentido de prestarem serviços de qualidade à cidade e aos munícipes respondendo eficazmente às suas necessidades, e ao mesmo tempo contribuir para a sua realização pessoal e profissional. Para atingir este objectivo irá apostar-se num modelo de gestão colaborativo, que fomenta o trabalho em rede e incentiva a participação activa, de todos/as trabalhadores/as, envolvendo-os/as no melhor funcionamento dos serviços, promovendo o recrutamento dos/as trabalhadores/as necessários/as à prossecução dos objectivos e premiando o seu desempenho.
- III. Melhorar as condições de trabalho nas áreas da saúde, higiene e segurança em todos os locais de trabalho do Universo Municipal, assegurando condições de referência, numa perspectiva integrada e adequada aos objectivos que devam prosseguir no âmbito das suas funções, ao nível das instalações e equipamentos, tais como a contínua renovação do parque informático e equipamentos de protecção individual.
- IV. Renovar o Mapa de Pessoal do Município, através da abertura de procedimentos concursais, tanto para colmatar necessidades de recursos humanos nas áreas prioritárias para a prossecução do Programa do Governo da Cidade, bem como para assegurar o efectivo necessário, face à média da idade dos trabalhadores do Município e às previsíveis aposentações.

Receita para 2019

Prosseguindo o objectivo de contas sustentáveis e equilibradas, prevê-se que as receitas cresçam 40,8% em 2019, em comparação com o ano anterior, devendo-se este acréscimo à inclusão da venda do terreno de Entrecampos e ao aumento da Taxa Municipal Turística em 1 euro.

Quadro 2 – Evolução do Orçamento da Receita (em milhões de euros)⁵

	2018	2019	Variação	
			(#)	(%)
Correntes	689,4	775,8	86,4	12,5%
Capital	122,0	366,7	244,7	200,6%
Total	811,4	1 142,5	331,1	40,8%

Assim, verifica-se um aumento de 331,1 milhões de euros nas receitas, devido ao aumento das receitas correntes em 86,4 milhões de euros e da variação positiva das receitas de capital em 244,7 milhões de euros.

Os impostos directos apresentam um aumento de 33,2 milhões de euros (+7,9%), com base na expectativa da continuada melhoria da dinâmica económica na cidade, reflectindo-se num aumento das receitas potenciais de IMT em 30 cerca de milhões de euros.

Quanto às Taxas, Multas e Outras Penalidades, este orçamento prevê um aumento de 29,3 milhões de euros (+42,2%), fundamentalmente explicado pelo aumento da Taxa Municipal Turística em 1 euro, que se traduz num acréscimo de 22 milhões de euros previsto na receita, e pela expectativa da receita gerada pelas taxas urbanísticas e realização de infraestruturas de mais 6,9 milhões de euros, face ao contexto de grande incremento nos investimentos de reabilitação e requalificação na cidade.

Prevê-se também um aumento de 12,7 milhões de euros nas Vendas e Prestação de Serviços (+10,8%), com relevo para o incremento da tarifa de saneamento por via da aplicação do regime transitório aos consumidores não domésticos (+6,4 milhões de euros), o incremento da receita proveniente dos parques de estacionamento (+2,3 milhões de euros), o aumento da receita de mercados e cemitérios (+1 milhão de euros), bem como o aumento de rendas associadas à gestão de activos do Município (+0,5 milhões de euros).

⁵ Página 28 do Orçamento 2019 para a cidade de Lisboa

As **Receitas de capital** deverão apresentar aumento em 244,7 milhões de euros (+200,6%), devido sobretudo à inscrição da receita associada à venda dos terrenos de Entrecampos, no valor de 245,5 milhões de euros, incluindo ainda esta rubrica o valor dos 1º e 2º contratos do empréstimo do BEI para financiamento do programa de investimentos Lisboa XXI (+16,6 milhões de euros).

Despesa para 2019

Relativamente à **Despesa**, importa referir que a posição financeira do município, alcançada através dum percurso de consolidação orçamental, permite agora intensificar o ciclo de investimento já iniciado, tendo por objectivo a promoção da qualidade de vida na cidade e preparação para desafios futuros.

Quadro 3 – Comparação do orçamento da Despesa Definida (2018/2019) | (em milhões de euros)⁶

	2018	2019	Variação	
			(#)	(%)
Correntes	533,0	636,5	103,5	19,4%
Capital	278,4	506,0	227,6	81,8%
Total	811,4	1 142,5	331,1	40,8%

As despesas do município deverão apresentar um aumento na ordem dos 40,8% (+331,3 milhões de euros) em 2019, por via da opção estratégica da inscrição de uma **Reserva de Contingência** no valor de 124 milhões de euros, que teve por objectivo acautelar um valor para obrigações decorrentes de eventuais decisões judiciais sobre processos em contencioso e ainda para efectuar amortizações extraordinárias de dívida, entre outras potenciais aplicações.

Relativamente à estimativa da despesa definida, verifica-se uma variação positiva líquida de 331,1 milhões de euros, que inclui a já referida reserva de contingência, com aumento das despesas correntes em 103,5 milhões de euros e o acréscimo das despesas de capital em 227,6 milhões de euros.

Verifica-se um aumento das **Despesas com Pessoal** em 3 milhões de euros devido principalmente à integração de pessoas no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários (PREVPAV), actualmente em curso, da actualização salarial por via do descongelamento das carreiras (+ 25% de acréscimo em Maio e restante em Dezembro de 2019), e das novas alterações de posicionamento remuneratório com efeitos a 1 de Janeiro de 2019 decorrentes do processo SIADAP. Prevê-se também um crescimento de 0,7

⁶ Página 30 do Orçamento 2019 para a cidade de Lisboa

milhões de euros em trabalho suplementar por via do aumento de efectivos nas áreas operacionais, decorrente de procedimentos concursais (bombeiros e cantoneiros).

A rubrica **Aquisição de Bens e Serviços** apresenta um acréscimo 45,6 milhões de euros (+35,1%) e **Juros e Outros Encargos** um aumento na ordem dos 57,4 milhões de euros, que está directamente relacionado com a parcela de reserva de contingência inscrita com um valor de 58 milhões de euros.

Na rubrica **Transferências Correntes** prevê-se um aumento em 3,2 milhões de euros, explicado pela variação positiva dos valores, comparativamente com 2018, em mais 3 milhões de euros para a Web Summit, mais 3,5 milhões de euros para os manuais escolares e cerca de 5 milhões de euros para a limpeza e recolha selectiva, a serem atribuídos às Juntas de Freguesia através de Contratos Interadministrativos.

A rubrica **Subsídios** apresenta um aumento de 33,6 milhões de euros (+143%) relacionado com as transferências relativas a Contratos Programas com as Empresas Municipais, e que resultam quase na totalidade dos 29 milhões de euros referentes às compensações à CARRIS pelas obrigações de serviço público e de um reforço de 2,6 milhões de euros para a nova estrutura da SRU.

Já a rubrica **Outras Despesas Correntes** prevê um decréscimo de 39,4 milhões de euros (-61,1%) em 2019, que reflecte o efeito conjugado da devolução da Taxa Municipal de Protecção Civil efectuada em 2018 (53 milhões de euros), e que já não ocorrerá em 2019, e com o aumento de 9,6 milhões de euros respeitantes à cedência de utilização da Manutenção Militar – Ala Norte e Quinta dos Lafões.

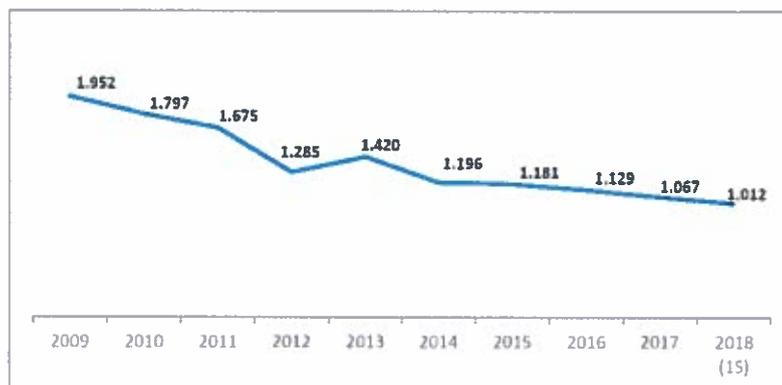
As **Despesas de Capital** verificam um aumento 227,6 milhões de euros (+81,8%), reflectindo o acréscimo de 212,9 milhões de euros com a **Aquisição de Bens de Capital**, de que se destaca a passagem para propriedade plena do Município do Hub do Beato, e estando também considerado um valor relativo a complemento da Reserva de Contingência, no valor de 42 milhões de euros. Relativamente às **Transferências de Capital**, destaca-se a diminuição de transferências para as Empresas Municipais no valor de 9,2 milhões de euros e um aumento para as Freguesias, no valor de 18 milhões de euros resultante dos Protocolos de Transferência de Competências.

Estrategicamente, o município continua a manter em 2019 uma política de pagamento a pronto a fornecedores para promoção da dinamização da economia, que ao mesmo tempo, permite a obtenção de melhores preços na contratação a realizar pelo município, dada a percepção dos fornecedores da redução do risco.

Globalmente, este orçamento mantém o crescimento sustentável, destacando-se por praticar uma política fiscal estável e impulsionadora da actividade económica na cidade e do investimento na requalificação do espaço público e serviços urbanos.

Acompanhando esta política de crescimento sustentável foram implementadas políticas activas no Município de Lisboa, nomeadamente o esforço de consolidação orçamental e uma forte redução da dívida.

Gráfico 2 – Evolução do Passivo Total (em milhões de euros)⁷



⁷ Página 12 do Orçamento 2019 para a cidade de Lisboa

Em suma, o orçamento reflecte as opções estratégicas por eixo do programa de governo da cidade, reflectidas no Plano Anual de Actividades para 2019, conforme quadro abaixo.

Quadro 4 – Plano Anual de Actividades de 2019⁸

PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2019

Em Euros

OBJETIVO / PROGRAMA	DOTAÇÕES					
	TOTAL	%	DEFINIDA	%	N/DEFINIDA	%
EIXO A - MELHORAR QUAL. VIDA E AMBIENTE	494.005.357	53,9	447.551.396	56,8	46.453.961	35,8
A1 HABITAÇÃO PARA TODOS	146.556.602	16,0	130.806.602	16,6	15.750.000	12,2
A2 CIDADE PLANEADA E REABILITADA	93.373.881	10,2	82.069.145	10,4	11.304.736	8,7
A3 MOBILIDADE ACESSIVEL AO ALCANCE DE TODOS	49.978.755	5,4	43.371.255	5,5	6.607.500	5,1
A4 CID.SUSTENTÁVEL,RESILIENTE,AMIGA AMBIEN	139.816.178	15,2	131.756.361	16,7	8.059.817	6,2
A5 MAIS E MELHOR ESPAÇO PÚBLICO	56.703.599	6,2	52.016.231	6,6	4.687.368	3,6
A6 CIDADE SEGURA	7.576.342	0,8	7.531.802	1,0	44.540	0,0
EIXO B - COMBATER EXCLUSÕES,DEF DIREITOS	69.745.597	7,6	62.307.048	7,9	7.438.549	5,7
B1 AFIRMAR DIREITOS, REFORÇAR A CIDADANIA	15.398.528	1,7	13.427.816	1,7	1.970.712	1,5
B2 +ESCOLARIDADE, +QUALIFIC, MELHOR ESCOL	39.810.278	4,3	38.634.941	4,9	1.175.337	0,9
B3 PROMOÇÃO DO DESPORTO E ATIVIDADE FÍSICA	8.231.403	0,9	4.088.903	0,5	4.142.500	3,2
B4 MELHOR SAÚDE E MELHOR QUALIDADE DE VIDA	6.305.388	0,7	6.155.388	0,8	150.000	0,1
EIXO C - DAR FORÇA À ECONOMIA	50.323.435	5,5	46.279.185	5,9	4.044.250	3,1
C1 + SERVIÇOS QUALIFICADOS, + EMPREGOS	272.745	0,0	272.745	0,0	0	0,0
C2 + EMPREENDEDORES, + ATITUDE EMPREENDED	24.009.118	2,6	23.859.118	3,0	150.000	0,1
C3 FOMENTAR O TALENTO	28.000	0,0	28.000	0,0	0	0,0
C4 CIDADE INTELIGENTE	2.636.656	0,3	2.636.656	0,3	0	0,0
C5 APOSTAR NO COMERCIO DE PROXIMIDADE	2.330.866	0,3	2.270.366	0,3	60.500	0,0
C6 TURISMO SUSTENTÁVEL	21.046.050	2,3	17.212.300	2,2	3.833.750	3,0
EIXO D - AFIRMAR LISBOA COMO CIDADE GLOB	42.389.839	4,6	34.370.316	4,4	8.019.523	6,2
D1 CAPITAL EUROPEIA	785.902	0,1	785.902	0,1	0	0,0
D2 CIDADE DE CULTURA E ABERTURA	40.701.438	4,4	32.754.008	4,2	7.947.430	6,1
D3 CIDADE CRIATIVA	784.749	0,1	734.275	0,1	50.474	0,0
D4 CAPITAL ATLÂNTICA	117.750	0,0	96.131	0,0	21.619	0,0
EIXO E - GOVERNAÇÃO ABERTA,PARTIC E DESC	260.642.162	28,4	196.986.662	25,0	63.655.500	49,1
E2 TRANSPARÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS	130.861.231	14,3	106.861.231	13,6	24.000.000	18,5
E3 EFICÁCIA, EFICIENCIA E PROFISSIONALISMO	33.786.732	3,7	26.661.732	3,4	7.125.000	5,5
E4 REFORMA ADMINISTRATIVA E DESCENTRALIZAÇ	90.222.288	9,8	58.222.288	7,4	32.000.000	24,7
E5 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ	5.771.911	0,6	5.241.411	0,7	530.500	0,4
TOTAL	917.106.390	100	787.494.607	100	129.611.783	100

⁸ Página 105 das GOP 2019 | 2022 para a cidade de Lisboa

2.2.3 Análise do Mapa de Pessoal para 2019

A proposta de mapa de pessoal para 2019 identifica o número e o perfil dos recursos humanos necessários para assegurar a missão e as actividades no Município de Lisboa.

O programa de governo da cidade dá continuidade à política de gestão de recursos humanos que tem vindo a ser desenvolvida, apostando na função pública, valorizando o trabalho e os trabalhadores, uma vez que uma parte decisiva do sucesso da cidade de Lisboa nos mais diversos domínios resulta da qualidade e empenhamento dos trabalhadores do Município de Lisboa

Assim, o programa de governo da cidade define as seguintes medidas:

- 1) Criar um ambiente de trabalho atractivo, positivo e motivador;
- 2) Valorizar o trabalho e os trabalhadores, envolvendo-os no melhor funcionamento dos serviços, reconhecendo os seus contributos, motivando e promovendo a conciliação entre o trabalho e a vida privada;
- 3) Implementar o Plano de Formação e Desenvolvimento Profissional, ajustando o plano de gestão das pessoas às novas linhas estratégicas e de acção do Município.

A proposta de mapa de pessoal para 2019 reflecte a continuação das orientações da política de gestão de recursos humanos definida pelo Município de Lisboa, que pressupõe a avaliação do impacto das saídas registadas nos últimos anos, resultante dos sucessivos constrangimentos introduzidos pelas leis do orçamento de estado, assim como a adopção de práticas de gestão das pessoas reconhecidas como práticas de referência.

Assim, as três linhas gerais orientadoras da presente proposta de Mapa de Pessoa são:

1) Renovação do Mapa de Pessoal

Concretizada através do Plano de Recrutamento para 2019, que prevê, além dos 21 Concursos externos já autorizados, mais 8 concursos externos, em áreas identificadas pelo Município como áreas deficitárias de RH e para substituição de aposentações nos próximos anos. O número total de vagas resultante dos concursos é de 293. Igualmente, foram previstas mais 12 vagas relativas a 5 concursos internos também a abrir em áreas deficitárias de RH e que julgamos poder satisfazer através de trabalhadores já com vínculo à função pública.

2) Valorização Profissional dos trabalhadores do Município

Além dos 31 procedimentos de mobilidade intercarreiras a decorrerem, estão previstos mais 6 procedimentos com 12 vagas, permitindo que trabalhadores do município progredam a carreira superior na sequência da aquisição de novas habilitações literárias e que em simultâneo, venham a permitir a satisfação de necessidades de recursos humanos no Município.

3) Estabilidade no emprego

Neste mapa de pessoal e na sequência já dos trabalhos da Comissão de Avaliação Bipartida do Município de Lisboa, no âmbito do PREVPAP, foram já acautelados os postos de trabalho que venham a ser necessários para a regularização dos trabalhadores sem vínculo adequado, com vista à sua integração nas carreiras/categorias existentes

A proposta de Mapa de Pessoal para 2019 reflecte o ajustamento orgânico no número de dirigentes, aprovado na Assembleia Municipal de 3 de Julho de 2018, designadamente:

- Decréscimo de 1 cargo de Director Municipal;
- Acréscimo de 6 cargos de Director de Departamento;
- Acréscimo de 1 cargo de Chefe de Divisão;
- Acréscimo de 2 Coordenadores de Equipa de Projecto;
- Acréscimo de 3 Adjuntos Técnicos do RSB.

Reflecte também um aumento de postos de trabalho resultantes de necessidades em recursos humanos identificadas pelos serviços em áreas deficitárias para a execução das suas missões e actividades, tanto nas áreas técnicas como operacionais, bem como o aumento de postos de trabalho em áreas deficitárias, nomeadamente na carreira de técnico superior, possibilitando não só a satisfação das mesmas, mas também o eventual rejuvenescimento da força de trabalho nas seguintes actividades – Arquitectura, Arquivo, Biblioteca e Documentação, Biologia, Engenharia Agrónoma, Engenharia Civil, Engenharia Química, Educação Física e Desporto, Engenharia do Ambiente, Protecção Civil e Saúde, Higiene e Segurança.

Na carreira de informática, propõe-se a abertura de concurso externo para especialista de informática, por forma a colmatar as necessidades existentes nesta área devido à saída de 3 especialistas informáticos e à perspectiva de aposentações a curto prazo.

Na carreira de assistente técnico, agregou-se a área de natação à de desporto de forma a abranger as funções que actualmente são necessárias nesta área.

A dotação de postos de trabalho para os concursos externos, já autorizados, para assistente operacional, cantoneiro de limpeza e encarregado operacional de serviços de higiene e limpeza

Em suma, o mapa de pessoal prevê 10.147 postos de trabalho, o que representa um aumento de 1,6% face a 2018; deste total 7.641 são postos de trabalho ocupados dos quais 7.496 são ocupados por trabalhadores em contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, comissões de serviço, nomeações e outras situações, e 145 são ocupados por trabalhadores em mobilidade intercarreiras, intercategorias e na mesma

categoria em actividade diferente, acordo de cedência de interesse público e mobilidade de outros organismos; 2.121 são postos de trabalho cativos e existem 385 postos de trabalho vagos (menos 16,7% que em 2018).

2.3 Audições

Atendendo à matéria da Proposta, nomeadamente às Grandes Opções do Plano 2018-2021 e ao Orçamento para 2019, foi determinada a audição de todos os vereadores com pelouros em todas as Comissões em sede de Comissão Permanente

O Vereador João Paulo Saraiva apresentou o Orçamento para 2019 no dia 13 de Novembro na Comissão.

Após a apresentação, o Vereador procedeu às seguintes explicações, após várias questões terem sido colocadas pelos deputados municipais:

- Relativamente à situação dos precários, o processo seguiu o seu curso, todas as pessoas que pediram integração tiveram os seus processos avaliados comissões de avaliação bipartida do Município de Lisboa, no âmbito do PREVPAP e as audiências de interessados já terão acabado, estando em fase de análise. Quando estiver concluída será feita uma proposta à reunião de câmara e será decidido com conhecimento da Assembleia Municipal. Quanto às CAF's e AEC's a entidade responsável são as Juntas de Freguesia, não tendo o município uma solução técnica, estão a analisar esta situação com o governo e a Assembleia da Republica.
- Quanto ao investimento em Habitação, é um dos maiores que o município já teve, e não deverá contar para os limites do endividamento, mas essa matéria está a ser analisada pelo município, em conjunto com o governo central.
- Quanto ao aumento de efectivos da policia municipal, já houve um grande esforço nesse sentido, importando agora optimizá-lo e direccioná-lo para as necessidades mais importantes e prementes.
- Relativamente à fiscalização das questões de Higiene Urbana, vai ser aumentado o número de efectivos dos fiscais municipais.
- Sobre os Contratos de Delegação de Competências, com financiamento através da taxa Turística, será feito brevemente, até ao final do ano.
- Foi referido que está em construção uma nova metodologia para monitorização de empresas municipais, que também será apreciada na Assembleia Municipal.

- Foram colocadas questões sobre a Hasta Pública de Entrecampos, que dados os desenvolvimentos recentes não são relevantes para a apreciação da proposta.

3. OPINIÃO DAS FORÇAS POLÍTICAS E DO RELATOR

As forças políticas representadas na 1.ª Comissão Permanente – Comissão de Finanças, Património e Recursos Humanos e Descentralização e, bem assim, o Deputado Municipal Relator reservam as suas opiniões e o seu sentido de voto para o plenário da Assembleia Municipal onde será debatida e votada a Proposta.

4. CONCLUSÕES

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro compete à Câmara Municipal submeter à Assembleia Municipal a aprovação das Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022, do Orçamento para 2019 e do Mapa de Pessoal para 2019, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da mesma Lei.

A Proposta 718/2018 referia, nos seus considerandos, que foi inscrito no orçamento o valor relativo à hasta pública de Entrecampos prevista para a primeira quinzena de Novembro, visando acautelar que o orçamento não seria aprovado na Assembleia antes da realização da referida operação e que, no caso desta não se concretizar como previsto, a receita e despesa orçamentada daí decorrente seria diminuída no montante não realizado. Após realizada a Hasta Pública, em 12/12/2018, e tendo a receita sofrido um acréscimo, esta alteração ao orçamento está reflectida na Proposta 817-A72018, que procedeu ao ajustamento da proposta do orçamento para 2019 e das Opções do Plano para o quadriénio 2019-2022 para considerar a diferença de 85.500.000 euros a acrescer à receita e à despesa de capital, com reflexo no sumário executivo do Orçamento e nos mapas que instruem estes documentos previsionais. Estes ajustamentos já foram contemplados neste parecer e a Proposta 817-A/2018 foi aprovada na reunião de Câmara de 19/12/2018.

Face a tudo quanto fica exposto, conclui-se que as Propostas sobre as quais incidiu o presente parecer estão em condições de ser debatidas e votada sem plenário da AML.

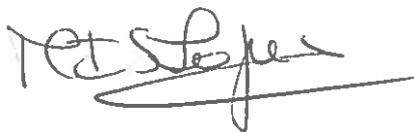
5. ANEXO

Anexa-se ao parecer o guia das alterações decorrentes da Proposta 718-A/2018.

O presente parecer foi aprovado por Unanimidade.

Lisboa, 20 de Dezembro de 2019

A PRESIDENTE DA 1.ª COMISSÃO,

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Irene Lopes', with a long horizontal stroke underneath.

IRENE LOPES

O DEPUTADO RELATOR,

HUGO LOBO